



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA DAS SESSÕES**

Ofício nº 5107/2023-GP

Brasília-DF, 14 de Junho de 2023.

Senhor Diretor-Geral,

Em conformidade com o art. 8º da Portaria-TCDF nº 15/2023, publicada no DODF de 09.01.23, cumpre-me dirigir a Vossa Senhoria para comunicar que este Tribunal proferiu a Decisão nº 2491/2023, na Sessão Ordinária nº 5343, realizada em 07/06/2023, quando apreciou o Processo nº 26579/2014-e, de relato do(a) CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA.

Por conseguinte, informo que a referida decisão, bem como o(s) documento(s) porventura nela indicado(s) e outros relacionados ao mencionado processo, quando disponíveis para consulta, poderão ser acessados a partir de 15/06/2023, por meio do endereço eletrônico <https://etcdf.tc.df.gov.br?processoano=2657914>.

Informo, ainda, que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail).

Atenciosamente,

João Batista Pereira de Souza
Secretário das Sessões

Ao Senhor
MARCELO RODRIGUES PORTELA NUNES
Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN
SAM - Lote A, Bloco B, 1º Andar - Ed. Sede do Detran
Brasília-DF CEP:70620000
katiaschwietzer



SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5343, de 07/06/2023

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 26579/2014-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 26579/2014-e

RELATOR(A) : CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Representação nº 18/2014-DA, do Ministério Público junto ao Tribunal - MPjTCDF, noticiando possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SHEMAPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

DECISÃO Nº 2491/2023

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 69/2020 (peça nº 270) e dos demais documentos acrescidos aos autos (peças nºs 258, 260, 261, 262, 265 e 266); b) do Parecer nº 08/2021-G3P (peça nº 274); c) levantar o sobrestamento dos autos em exame, em razão do deslinde dos autos do Processo nº 1.743/2016; d) do Memorial juntado à peça nº 284 e dos documentos de peças nºs 285 e 286; II – considerar procedentes as razões de justificativas dos Srs. Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, concernentes às irregularidades registradas na Matriz de Responsabilização (peça nº 46); III – revogar a medida cautelar determinada por meio do item III, “a”, da Decisão nº 1.479/2015; IV – autorizar: a) a ciência aos justificantes, ao Detran/DF e à empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda.; b) o retorno dos autos à SEASP, para fins de arquivamento. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e ANDRÉ CLEMENTE. Participaram o Auditor VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO e o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 07 de Junho de 2023

João Batista Pereira de Souza

Secretário das Sessões

Márcio Michel Alves de Oliveira

Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

PROCESSO Nº 26.579/2014.

ORIGEM: Departamento de Trânsito do Distrito Federal- DETRAN/DF.

ASSUNTO: Representação.

EMENTA: Representação nº 18/2014 – DA. Possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o DETRAN e a empresa SHEMAPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de locação, por dia, de até 40 (quarenta) Painéis de Mensagens Variáveis Moveis (PMV-M). **Decisão nº 5.353/2014:** conhecimento da Representação, indeferimento do pedido cautelar e abertura do contraditório ao jurisdicionado. **Decisão nº 1.479/2015:** indícios de irregularidades. Suspensão cautelar dos pagamentos; determinação para a jurisdicionada se abster de realizar locações decorrentes do ajuste; concessão de prazo para manifestação da jurisdicionada e da contratada; e, autorização de inspeção. **Decisão nº 6.143/2015:** procedência parcial da representação; audiência dos responsáveis; determinação ao DETRAN/DF e autorização para, em autos apartados, examinar a possível ocorrência de prejuízo. Autuação do Processo nº 1.743/2016, para apurar eventual prejuízo decorrente do ajuste. **Decisão nº 5.241/2016:** sobrestamento do exame do Recurso Inominado interposto pela contratada até o deslinde do referido Processo nº 1.743/2016. **Decisão nº 2.260/2017:** negativa de provimento ao novo recurso interposto pela contratada. Sustentação oral. **Decisão nº 279/2018:** sobrestamento do exame das razões de justificativa; manutenção da suspensão dos pagamentos para a empresa até o desfecho do Processo nº 1.743/2016; e, em face do término da vigência do Contrato nº 22/2014 em 08.07.2015, considerar prejudicada a medida acautelatória atinente à abstenção da execução contratual, imposta mediante o item III, “b”, da Decisão nº 1.479/2015, por perda de objeto. **Decisão nº 1.128/2020** proferida nos autos do Processo nº 1.743/2016: encerramento da TCE. Ausência de prejuízos ao erário. Procedência das defesas apresentadas. Arquivamento dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

autos. **Nesta fase:** análise das razões de justificativa. **Unidade Técnica** pelo(a): (i) levantamento do sobrestamento; (ii) procedência das razões de justificativa; (iii) revogação da medida cautelar do item III, “a”, da Decisão nº 1.479/2015; e, (iv) arquivamento dos autos. **Ministério Público de Contas**, parecer parcialmente divergente. Opina pelo(a): (i) acolhimento das razões de justificativa da Pregoeira e rejeição das razões de justificativa dos demais responsáveis, com aplicação de multa; (ii) declaração de nulidade do contrato; (iii) manutenção da suspensão do pagamento dos serviços contratados. **Pedido de sustentação oral** formulado pelo representante da empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. **Despacho Singular nº 51/2023-GCPT:** deferimento. Realização da defesa oral em 03.05.2023. **Decisão nº 1.855/2023.** Adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do Relator, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente. **VOTO** convergente para a Unidade Técnica.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Representação nº 18/2014 – DA (e Anexos), formulada pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF, a qual noticia possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e a empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

O objeto do referido contrato é a prestação de serviços de locação, por dia, de até 40 (quarenta) Painéis de Mensagens Variáveis Moveis (PMV-M), incluindo projeto, fornecimento e instalação em pontos estratégicos da Cidade e em área de influência, a fim de informar ao usuário sobre as condições de tráfego e auxiliá-lo na tomada de decisões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Por meio da Decisão nº 5.353/2014, o Tribunal, ao conhecer a Representação, indeferiu o pedido cautelar nela veiculado e concedeu prazo ao DETRAN/DF para apresentação de esclarecimentos.

Na sequência, ao examinar os referidos esclarecimentos, o Tribunal, por meio da Decisão nº 1.479/2015, resolveu:

III – determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF que: a) suspenda cautelarmente os pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, celebrado com a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. até ulterior deliberação do Tribunal; b) considerando a possibilidade de se determinar a anulação da licitação e, conseqüentemente, do Contrato nº 22/2014, abstenha-se de executar quaisquer locações de Painéis de Mensagens Variáveis Moveis (PMV-M); c) apresente contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre cada uma das irregularidades consignadas na Informação nº 40/2015 - 1ª DIACOMP/SEACOMP, fazendo constar cópia da documentação comprobatória pertinente; d) encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias, relatório detalhado sobre a utilização de cada Painel de Mensagem Variada Móvel (PMV-M), contendo data, localização e mensagem veiculada; IV – conceder prazo de 15 (quinze) dias para que a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. querendo, se manifeste nos autos, ante a possibilidade de o Tribunal considerar ilegal o Pregão Eletrônico nº 30/2014 e, conseqüentemente, o Contrato nº 22/2014; V – alertar o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF para que, em futuras estimativas de preços, observe prioritariamente os que estiverem sendo praticados pela Administração Pública, para o mesmo produto ou serviço, evitando recorrer aos futuros licitantes para obter o preço estimado, bem como adote em suas licitações as diretrizes estabelecidas em ordens de serviço da SULIC/SEPLANDF; VI – autorizar: a) a ciência desta decisão aos interessados nos autos; b) o encaminhamento de cópia da Informação nº 40/2015 à jurisdicionada e à contratada, como subsídio ao cumprimento da diligência e da possível manifestação, respectivamente, em virtude do disposto nos itens III e IV; c) a realização de inspeção no Departamento de Trânsito do Distrito Federal e onde mais se fizer necessária, para o completo exame das questões tratadas nos autos; (destaquei).

Ato contínuo, mediante a Decisão nº 6.143/2015, mantendo tacitamente a cautelar deferida pela Decisão nº 1.479/2015, a Corte deliberou por:

I – tomar conhecimento do Ofício nº 1051/GAB-DETRAN (e-DOC 2D6FFFB1), da manifestação da empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. (e-DOC D733E1CB) e dos demais documentos juntados aos autos (e-DOCs E0152316, 983498F8, 2A791EE2,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

*97C451DA, F5EF2616, 92FA2D46, 985AA37A, 98838539 e D85F1B3A); II – **determinar a audiência**, no prazo de 30 (trinta) dias, dos responsáveis identificados na matriz de responsabilidade (e-DOC B3E2ACEA); III – **autorizar**: a) a comunicação à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal acerca da possível sonegação fiscal de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN identificada nos pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.; b) **a formação de autos apartados para examinar a existência de eventual prejuízo decorrente da locação, levando-se em conta a hipótese de aquisição dos PMV-M e operação pelo próprio DETRAN/DF**; c) **a ciência desta decisão aos interessados**. (destaques nossos).*

Em atenção à decisão supra (item III.”b”) foi autuado o **Processo nº 1.743/2016**. Naquele feito, a Corte autorizou a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial e determinou a citação dos responsáveis para apresentarem defesa ou recolherem o débito quantificado em R\$ 1.431.359,62.

Na sequência, a empresa Shempo apresentou novo recurso contra os termos da Decisão nº 5.241/2016, conhecido pelo Plenário como Pedido de Reexame por meio da Decisão nº 6.187/20167, com efeito suspensivo ao sobrestamento que havia sido determinado na Decisão nº 5.241/2016. Posteriormente, por meio da Decisão nº 2.260/2017, o Tribunal negou provimento ao Pedido de Reexame.

Nos presentes autos, após a instrução processual, este Relator entendeu que o exame das defesas na Tomada de Contas Especial – TCE, acima noticiada, poderia influenciar a formulação de um juízo seguro sobre a aplicação ou não de multa nos presentes autos, pelo que sugeriu o sobrestamento da análise das razões de justificativa até o desfecho da TCE. Nesse sentido, mediante a **Decisão nº 279/2018**, o Plenário, decidiu:

I – conhecer das razões de justificativa apresentadas pelos Senhores Frederico Abraham, Jayme Amorim de Sousa, Cleber Manoel Batista, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Daniele da Hora dos Santos, Rômulo Augusto de Castro Félix e Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, juntadas respectivamente às peças 101, 106, 107, 108, 111, 114 e 115;
II – autorizar o sobrestamento do exame das razões de justificativas mencionadas no item precedente até o desfecho do Processo nº 1743/2016;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

III – manter a suspensão dos pagamentos determinada por meio do item II, “a”, da Decisão nº 1479/2015 até o deslinde do referido Processo nº 1743/2016;

IV – em face do término da vigência do Contrato nº 22/2014 em 08/07/2015, considerar prejudicada a medida acautelatória atinente à abstenção da execução contratual, imposta mediante o item III, “b”, da Decisão nº 1.479/2015, por perda de objeto;

V – autorizar:

a) a ciência desta decisão aos justificantes, ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal e à empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda.;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.

Em razão da decisão acima, expediu-se as comunicações ao Detran/DF, à empresa Shempo e aos justificantes (Ofícios nºs 552, 555 e 564 a 570/2018 – GP¹.

Nos autos consta, ainda, a juntada de substabelecimento por parte da empresa Shempo, seguida por renúncia ao mandato por parte de seus procuradores e nomeação de novos representantes legais. Ademais, juntou-se aos autos: pedidos de cópias do processo; solicitação de informações e documentos por parte da Procuradoria Geral do Distrito Federal; e o Ofício nº 7.081/2018 – PGDF/SEGER/SUOP/DIOPE/ GEBIN19.

No Ofício da PGDF, acima citado, aquela Casa Jurídica comunicou a este Tribunal sobre a Ação de Conhecimento nº 0709751-17.2018.8.07.0018 ajuizada pela empresa Shempo Indústria e Comércio Eireli – EPP, por intermédio da qual a autora pretendia anular as Decisões nº 1.479/2015, nº 5.241/2016, nº 2.260/2017 e nº 1.476/2018, receber o pagamento das faturas referentes aos serviços prestados e indenização no valor de R\$ 3.628.112,94.

Ao apreciar o mérito da Ação de Conhecimento antes mencionada, em sentença proferida em 12.03.2020, o Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública julgou improcedente o pedido da empresa Shempo Indústria e Comércio Eireli – EPP. Em decorrência, a autora interpôs recurso de apelação, tendo o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por meio da 1ª Turma Cível, dado parcial provimento ao recurso autoral, nos termos do dispositivo do Voto condutor do Acórdão nº 1331167, a

¹ 13 E-DOCs DC28D6EE, 05B98822, A2724E2E, 156F8F2A, 7B540D23, 7E044A3D, 71836A09, B8C22AE7 e FFD7BD08, peça 247 (Detran), 248 (Shempo) e 249 a 257 (justificantes).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

seguir transcrito:

Diante do exposto, provejo parcialmente o apelo, e, reformando em parte a sentença sob reexame, condeno o primeiro réu ao pagamento da importância de R\$102.920,00 (cento e dois mil e novecentos e vinte reais), pela nota fiscal nº 232 não paga, e R\$ 44.640,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos e quarenta reais), pela de nº 238, e, quanto ao segundo pedido condenatório, condeno os réus a arcarem com a quantia de R\$787.904,18 (setecentos e oitenta e sete mil, novecentos e quatro reais e dezoito centavos), em razão dos efeitos decorrentes das decisões acautelatórias proferidas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, devendo os importes serem atualizados monetariamente mediante aplicação do IPCA-E e serem acrescidos dos juros de mora aplicáveis aos ativos recolhidos em caderneta de poupança a partir da citação. Quanto ao pedido direcionado à anulação da Decisão nº 1.476/2018, diante do desaparecimento do seu objeto, pois proferida decisão final nos autos da Tomada de Contas Especial, reformo o provimento singular para extinguir o processo, sem resolução do mérito (CPC, art. 485, VI). Finalmente, no que diz respeito aos demais pedidos de cunho anulatório, mantenho intacta a sentença. Por fim, reconhecendo a sucumbência recíproca e desproporcional, condeno os litigantes ao pagamento das custas, observada a isenção assegurada aos entes públicos, e de honorários advocatícios, que fixo com base de cálculo no valor da condenação nos percentuais mínimos estabelecidos pelos incisos do §3º do artigo 85 do CPC, observadas cada uma das faixas discriminadas, na proporção de 80% (oitenta por cento), a cargo da autora, e os 20% (vinte por cento) remanescentes, a cargo dos réus.

Irresignado, o Distrito Federal e o Detran/DF interpuseram recursos especial e extraordinário, os quais foram inadmitidos pela Presidência do TJDF. Nada obstante, os entes públicos insurgiram-se contra as decisões denegatórias interpondo os correspondentes agravos de instrumento, que foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

No Superior Tribunal de Justiça, em decisão da lavra da Ministra Assusete Magalhães, os agravos interpostos foram conhecidos (AREsp 2068797/DF). Todavia, ao Recurso Especial negou-se provimento. Portanto. Em suma, a decisão pende de trânsito em julgado².

² <https://pje2i-consultapublica.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=ad292b3dc7747f292489945cb5369fda14e735cbbbace4fd>
Consulta em 08.05.2023.
https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=154043216&tipo_documento=documento&num_registro=202200350606&data=20220524&tipo=0&formato=P



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

No âmbito desta Casa, os presentes autos mantiveram-se sobrestados até o desfecho do Processo nº 1.743/2016, o qual ocorreu mediante a Decisão nº 1.128/2020, em que o Plenário decidiu:

- I – tomar conhecimento das alegações de defesa de peças nºs 78, 79, 99 e 100 para, no mérito, considerar: a) procedentes aquelas apresentadas pela empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., excluindo-a do polo passivo da TCE em exame; b) procedentes as defesas apresentadas pelos Srs. Frederico Abraham e Rômulo Augusto de Castro Félix para considerar a inexistência do débito, devendo seus conteúdos serem aproveitados ao Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira e também à empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., nos termos do art. 127 do Regimento Interno do TCDF;*
- II – considerar regular o encerramento das contas especiais em exame, com fulcro no art. 13, III, da Resolução nº 102/98-TCDF;*
- III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências devidas e posterior arquivamento. (destaquei).*

Ultimadas as providências pertinentes, o Processo nº 1.743/2016 foi arquivado. Por conseguinte, a Unidade Técnica sugeriu o levantamento do sobrestamento dos presentes autos, analisou as razões de justificativa apresentadas e o cumprimento do item III.a da Decisão nº 1.479/2015³.

Com efeito, a Unidade Técnica, por intermédio da Informação nº 69/2020-DIASP1 (peça nº 270), assim sintetizou o deslinde do Processo nº 1.743/2016:

DESFECHO DO PROCESSO Nº 1.743/2016

21. Previamente à análise das defesas e da mencionada diligência, merece ser reproduzido trecho do voto condutor da Decisão nº 1.128/2020 (Processo nº 1.743/2016), cujo teor será aproveitado para a análise a ser realizada nesta instrução.

26. Ao analisarem a matéria, a Unidade Técnica (peça 134) e o MPC (peça 136) apresentaram encaminhamentos convergentes no sentido de considerar improcedentes as alegações de defesa em análise.

27. Compulsando os autos, adianto que meu entendimento diverge daquele que propõe a Unidade Técnica e o Parquet, pelos motivos que passo a apresentar.

DF

³ III – determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF que: a) suspenda cautelarmente os pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, celebrado com a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. até ulterior deliberação do Tribunal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

28. Primeiramente, destaco que a análise aqui empreendida cinge-se à apuração de eventual prejuízo na execução do Contrato nº 22/2014, não adentrando, assim, no mérito de atos de gestão praticados na fase interna da contratação, que são objeto do processo 26.579/2014-e.

29. Reportando-me inicialmente à defesa da Shempo Indústria, Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços – Ltda., observo que lhe assiste razão ao afirmar que não há motivos para que ela figure no polo passivo desta TCE.

30. Nesse sentido, em que pese a Instrução não tenha se debruçado sobre esse argumento, observo que não há liame causal entre a irregularidade que deu causa ao prejuízo em análise (inobservância da Decisão Normativa nº 1/2011), ocorrida na fase interna do processo licitatório, e a conduta da empresa.

31. Não há evidências nos autos da mencionada “participação ativa” da empresa, uma vez que, de acordo com o que consta do processo, ela tão somente apresentou seu produto à Autarquia - o que não constitui irregularidade de qualquer natureza - e participou do certame licitatório.

32. Outrossim, cumpre destacar que também não se caracterizou, nestes autos, que o preço praticado para a locação foi excessivo frente a outras contratações de mesma natureza, o que poderia vir a caracterizar benefício indevido da empresa.

33. A esse respeito, a Informação nº 40/2015-1ª DIACOMP/SEACOMP (peça 18 do Processo nº 26.579/2014-e) concluiu o seguinte:

35. Dessa forma, quanto a esse ponto, entendemos que a ausência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários dos serviços (§§ 19/22), impede a definição da existência ou não de sobrepreço, vez que, à época, não existiam contratações idênticas no mercado.

34. Prosseguindo, entendo não ser razoável que se compare, para fins de responsabilização e ressarcimento, os preços praticados pela empresa em serviços de locação, mercado no qual ela se insere, com aquisições, que ela sequer oferece.

35. Passando aos cálculos empreendidos pela Unidade Técnica, observo que assiste razão à Instrução ao indicar apenas a necessidade da realização de ajustes pontuais, com a inclusão dos custos de emplacamento, registro e licenciamento anual dos reboques, os quais não têm relevância material em relação ao montante apurado.

36. Dessa forma, não merecem prosperar as alegações de defesa do Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, que tão somente abordaram esse aspecto, bem como as demais, no tocante a esse ponto específico.

37. Não obstante, cumpre ressaltar que o exercício comparativo entre locação e aquisição têm maior relevância sob um viés prospectivo, no sentido de indicar melhores escolhas para a Administração, dentro de um cenário de planejamento estratégico/operacional.

38. Em sede de TCE, em que se busca materializar prejuízos, deve-se operar de maneira retrospectiva, isto é, com foco naquilo que realmente ocorreu, utilizando-se de balizas concretas.

39. Sob essa ótica, deve-se observar que o ajuste teve vigência por apenas nove meses, não se mostrando razoável que ele seja comparado com uma suposta aquisição em que os custos principais seriam diluídos por cinco anos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

conforme realizado pela Unidade Técnica.

40. A uma, porque a vigência inicial do contrato era de doze meses, e não é possível afirmar que ela seria prorrogada pelos anos seguintes, pois a política pública poderia ser alterada.

41. A duas, pois, para se comparar uma locação de nove meses com uma aquisição correspondente, seria mais adequado que os custos da compra fossem diluídos no mesmo período em que vigorou o ajuste.

42. Em que pese tal exercício não tenha sido feito pela Unidade Técnica, há elementos nos autos do Processo nº 26.579/2014-e que indicam a inexistência de prejuízo no período do contrato, como o seguinte trecho da análise das manifestações da jurisdicionada constantes da Informação nº 98/2015-1ª DIACOMP/SEACOMP (peça 18 do Processo nº 26.579/2014-e):

19. Em nova tentativa de demonstrar a vantajosidade da locação, frente à possibilidade de aquisição, a jurisdicionada, assim como identificado no Termo de Referência do pregão que deu origem à contratação, não trouxe comprovação documental dos valores e cálculos apresentados, de modo que estes não podem ser considerados representativos e íntegros (art. 1º, § 4º, Decisão Normativa nº 1/2011). Ainda assim, observando o “estudo” apresentado, verificamos que o custo estimado de R\$ 131.980,00 por PMV/ano com aquisição e operação se revela equivocado, isso porque o valor do equipamento (R\$ 96.000,00) foi somado de modo integral quando, na verdade, deveria ter sido proporcionalmente considerado levando-se em conta o prazo de locação dos bens (art. 1º, § 2º, inciso II, Decisão Normativa nº 1/2011). Do modo em que apresentado o “estudo”, só haveria diferença a favor da locação para o primeiro ano (R\$ 17.260,00), resultando em uma vantagem da aquisição de R\$ 78.740,00 por PMV/ano, a partir do segundo, pois o valor de R\$ 96.000,00 referente ao custo de aquisição do painel não seria mais considerado.

43. Ademais, destaca-se que a aquisição de um painel de mensagem no valor constante dos autos, de R\$ 96.000,00, se diluída em nove meses, implicaria em um valor mensal de R\$ 10.667,00, montante superior ao valor mensal do contrato de R\$ 9.300,00, mesmo desconsiderando todas as demais variáveis que devem compor o estudo acerca da aquisição.

44. Dessa forma, é possível observar que a atuação célere e cautelar da Corte, por meio da Decisão nº 1.479/2015, que determinou que a jurisdicionada se abstivesse de executar locações de PMV-M, e culminou com a suspensão do contrato em análise pela Autarquia, foi suficiente para mitigar potenciais prejuízos ao erário que poderiam ocorrer caso houvesse vigência mais prolongada do ajuste.

45. Um terceiro ponto que merece destaque é que a imputação do prejuízo sugerido pela Instrução significaria, em última análise, a redução dos valores contratuais pactuados em aproximadamente 65%.

46. Tal situação, quando se considera que no contrato de aluguel não se evidenciou sobrepreço em comparação com as referências de mercado, poderia levar os valores do ajuste para montantes muito inferiores aos praticados na praça, gerando um possível enriquecimento sem causa da Administração.

47. Nesse sentido, frisa-se novamente o caráter de instrumento de planejamento do estudo exigido pela Decisão Normativa nº 1/2011, sendo temeroso seu uso como baliza para eventuais sobrepreços, uma vez que se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

adotam situações potenciais como referência.

48. A esse respeito, malgrado caiba a responsabilização do agente público em face da desídia na condução do processo interno de licitação, assevera-se que não é razoável comparar a situação fática com uma hipotética, principalmente desconsiderando os riscos desta última, como, por exemplo, o de não haver a intenção de manter a política pública por um período de cinco anos.

49. Dessa forma, entendo que não restou materializado o prejuízo indicado nesta TCE pela Unidade Técnica e pelo MPC, sendo procedentes as alegações de defesa dos Srs. Frederico Abraham e Rômulo Augusto de Castro Félix quanto a esse aspecto.

50. Ainda, destaco que a natureza objetiva do argumento ora provido impõe que ele seja aproveitado aos demais defendentes, nos termos do art. 127 do Regimento Interno do TCDF.

51. Assim, entendo que estas contas especiais devem ser encerradas, com fulcro no art. 13, III, da Resolução nº 102/98- TCDF.

52. Por fim, impende rememorar que o encerramento desta TCE não afasta, de antemão, qualquer irregularidade atribuída aos gestores na condução da fase interna da contratação em análise, incluindo aquela referente ao descumprimento da Decisão Normativa nº 1/2011, situação que está sendo tratada no bojo do Processo nº 26.579/2014-e.

22. Do entendimento expresso acima, que fundamentou a Decisão nº 1.128/2020, extraem-se as seguintes premissas:

I. após examinada a hipótese comparativa da locação versus a aquisição dos PMV-M, o TCDF declarou a inexistência de prejuízo na opção adotada pelo DETRAN/DF; (item I.b da Decisão nº 1.128/2020)

II. o preço de locação dos PMV-M se mostrou compatível frente a outras contratações de mesma natureza; (§ 32)

III. o exercício teórico-comparativo entre locação e aquisição é relevante sob o viés prospectivo, dentro de um cenário de planejamento estratégico/operacional; (§ 37)

IV. a apuração de eventual prejuízo, em sede de TCE, deve seguir a retrospectiva dos fatos e utilizar balizas concretas; (§ 38)

V. a vigência inicial do contrato com a Shempo era de doze meses, sendo inadequado o estudo comparativo utilizando prazo estendido; (§ 40)

VI. evidências permitem concluir que no período de vigência da contratação a locação seria mais favorável que a aquisição. (§ 42)

Ao final, a Unidade Técnica esclareceu que a análise das razões de justificativas – a seguir reproduzidas – deu-se a partir das premissas acima, sendo que as alegações dos justificantes para irregularidades semelhantes foram analisadas conjuntamente (matriz de responsabilização à peça nº 46).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Reproduz-se, a seguir, o exame das razões dos justificantes:

I - Razões de justificativa dos Srs. Razões do Sr. Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira e Rômulo Augusto de Castro Félix:

a. Irregularidade 1: Grave infração à Decisão nº 1/2011 – TCDF (estudo técnico de viabilidade insatisfatório)

(...)

Análise

44. Os justificantes se manifestaram uniformemente sob o argumento de que o estudo de viabilidade foi realizado, embora de forma simplificada, e de que no período de vigência do contrato (doze meses) foi comprovado que a locação era mais favorável que a aquisição.

45. No que tange ao estudo, ressalte-se que, embora simplificado, continha elementos suficientes para permitir a inferência sobre a escolha da locação ou aquisição (considerando a contratação por um ano) e sua simples existência demonstra que a escolha do Detran/DF foi motivada também com base no cenário de aquisição.

46. Quanto à vantajosidade da alocação frente à aquisição, o próprio Tribunal, após o início da execução do contrato e de posse de mais informações que aquelas disponíveis à época da contratação, verificou a inexistência de prejuízo. Nesse sentido, no voto condutor da Decisão nº 1.128/2020, o i. Relator destacou elementos no âmbito destes autos indicando que na vigência da contratação a locação seria mais favorável que a aquisição.

47. Assim, depreende-se a utilidade do estudo de viabilidade realizado pelo Detran/DF previamente à realização do Pregão nº 30/2014, o qual considerou, consoante apontado pelo i. Relator do Processo nº 1.743/2016, vigência contratual de doze meses.

48. Do exposto, conclui-se que não houve desídia por parte dos gestores ao optar pela celebração de contrato de locação, uma vez que baseada em estudo de viabilidade que, em que pese não ter seguido o estrito rito da Decisão Normativa n.º 01/2011, mostrou-se adequado para demonstração do custo/benefício da locação.

49. Por isso, sugere-se considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 1.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

b. Irregularidade 2: Grave infração ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 (ausência de composição dos custos unitários dos serviços).

(...)

Análise

61. Assiste razão aos defendentes em relação ao detalhamento de custos ter-se baseado no custo unitário de locação/dia, uma vez que esse parâmetro se mostrou suficiente para a formulação de propostas pelas licitantes. Aliás, importante ressaltar que pela sistemática adotada para a avença a contraprestação se deu apenas para as quantidades diárias efetivamente utilizadas/disponibilizadas, fato que simplificou o faturamento dos serviços.

62. De qualquer forma, entende-se que eventual falta de maiores detalhamentos na composição do custo unitário não configurou grave afronta à Lei de Licitações, haja vista a ausência de prejuízo para a Administração ou comprometimento do procedimento licitatório.

63. Ressalte-se que no curso da fiscalização não foi evidenciado qualquer indício de má-fé dos gestores responsáveis, pelo contrário, os autos denotam a busca de eficiência na realização do serviço público, como sugere o estabelecimento de locação diária com pagamento apenas nos dias de veiculação de mensagens.

64. Sugere-se, pois, considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 2.

c. Irregularidade 3: Grave infração ao art. 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993 (ausência de cotejamento dos preços praticados no âmbito da Administração Pública).

(...)

Análise

76. Os justificantes argumentaram que a Lei de Licitação não obriga, mas recomenda que os preços praticados no âmbito da Administração Pública sejam utilizados como referência das compras efetuadas. O texto da Lei nº 8.666/1993, em seu art. 15, inciso V, estabelece:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

77. Da letra da lei, observa-se que o argumento dos justificantes é procedente, ainda mais considerando que não há notícia de locação nos mesmos moldes do Contrato nº 22/2014 que poderia ter balizado os preços praticados na referida contratação.

78. Além disso, o Tribunal, no âmbito do Processo nº 1.743/2016, concluiu que o preço de locação não se mostrou excessivo frente a outras contratações de mesma natureza.

79. Portanto, sugere-se considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 3.

*d. **Irregularidade 4:** Grave infração ao art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993 (imprecisão na definição da prestação dos serviços)*

(...)

Análise

86. Na descrição da irregularidade foram alegadas inconsistências na estimativa do quantitativo de painéis e omissões das regras de posicionamento dos equipamentos.

87. Quanto à ausência de indicação prévia da localização dos equipamentos, considerando que a utilização dos painéis estava destinada a atender necessidades dinâmicas, muitas delas imprevisíveis, como eventos, acidentes, manifestações e eventuais solicitações da PMDF, não se verificou a imprecisão relatada. Nesse sentido, o número de equipamentos definidos para a locação, de até 40 (quarenta) painéis, se mostrou suficiente.

88. Da mesma forma, conforme previsto no certame, o pagamento restringiu-se aos painéis utilizados, o que se mostrou razoável e condizente com o interesse público, haja vista a impossibilidade de se prever com exatidão a demanda futura.

89. Por isso, consideram-se procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 4.

Na sequência, no que tange à irregularidade 5, os justificantes **Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira e Daniele da Hora dos Santos** apresentaram as razões de justificativas, que assim foram analisadas pelo Corpo Técnico:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

***e. Irregularidade 5:** Grave infração ao art. 41, caput e § 1º da Lei nº 8.666/1993, c/c § 1º do art. 18 do Decreto nº 5.450/2005 (não fornecimento de resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 30/2014)*

(...)

Análise

94. Embora a justificante tenha comunicado que não respondeu à impugnação, juntou evidências de que seus atos foram praticados nos limites da legalidade e da razoabilidade.

95. Quanto aos demais justificantes, suas respostas foram compostas por documentação comprobatória que evidencia o fornecimento de resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 30/2014.

96. Pelo exposto, sugere-se considerar procedentes as manifestações apresentadas pelo Sr. Frederico Abraham, pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira e pela Sra. Daniele da Hora dos Santos com respeito à irregularidade 5.

***f. Irregularidade 6:** Grave infração ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 e ao art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/2002 (frustração do caráter competitivo do certame).*

Ato contínuo, ao discorrer sobre as razões de justificativas apresentadas pelos **Srs. Frederico Abraham, Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira e do Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix**, a diligente SEASP também as considerou procedentes com base no seguinte arrazoadado:

(...)

Análise

105. Em que pese o título da irregularidade seja frustração do caráter competitivo do certame, não há evidência de que isso de fato ocorreu, pelo contrário, o Pregão Eletrônico nº 30/2014 contou com quatro licitantes, indicando que houve competição.

106. No mais, os argumentos apresentados pelos licitantes são procedentes tendo em vista que o Pregão Eletrônico foi realizado no dia 29/05/2014 e já no dia 15/06/2014 estava marcado um jogo da Copa do Mundo em Brasília.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

107. Assim, embora tenha sido demandado prazo aparentemente exíguo para o fornecimento de parte dos painéis, a justificativa é plausível, sob pena de não atingimento da finalidade almejada. Ademais, conforme já informado no presente Relatório, houve a participação de número razoável de licitantes, de forma que, no caso concreto, não se identificou prejuízo ao certame relacionado ao prazo escolhido para a entrega dos equipamentos.

108. Pelo exposto, sugere-se considerar procedentes os argumentos trazidos pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 6.

g. Irregularidade 7: Grave infração ao art. 66, caput, da Lei nº 8.666/1993 e ao art. 44, caput e § único do Decreto Distrital nº 32.598/2010 (atestados de execução insatisfatórios e execução do contrato em desacordo com o objeto e suas cláusulas)

No tocante às razões da **Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra e do Sr. Cleber Manoel Batista**, a respeito da irregularidade acima, a Unidade Instrutiva teceu as seguintes considerações:

(...)

Análise

128. No caso em análise, apontou-se estar em desacordo com o contrato a veiculação de mensagens que não se referiam ao controle de tráfego. Assim, foi considerada como falha a veiculação nos PMV-M de mensagens educativas de trânsito e propaganda institucional.

129. Não obstante, entende-se procedentes os argumentos de defesa, tendo em vista que os PMV veicularam mensagens condizentes com a finalidade da Autarquia.

130. Como argumentaram os justificantes, os painéis foram utilizados para finalidades outras nos horários vagos, quando as diárias já haviam sido pagas. Assim, a veiculação de mensagens atendeu ao interesse público sem a imposição de custo adicional ao erário.

131. Além disso, não há qualquer evidência de que os painéis tenham sido utilizados apenas para veiculação de mensagens educativas e institucionais, ao invés de para o controle de tráfego.

132. Diante disso, sugere-se considerar procedentes os argumentos apresentados pela Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra e pelo Sr. Cleber Manoel Batista quanto à irregularidade 7.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

h. Irregularidade 8: Grave infração ao art. 60, caput, da Lei nº 7.320/1964 (realização de despesa sem prévio empenho)

Por fim, acerca das razões de justificativas do Sr. Jayme Amorim de Sousa, o Corpo Técnico asseverou:

(...)

Análise

140. A manifestação do justificante indica que ele tomou as medidas devidas visando ao resguardo do Erário e à correta programação dos empenhos referentes ao Contrato nº 22/2014.

141. Por outro lado, entende-se que, na verdade, não ocorreu a falha apontada. Isso porque, depreende-se da Informação nº 98/2015, da então 1ª Divisão de Acompanhamento que, no exercício de 2015, a primeira nota de empenho foi emitida em abril daquele ano, sendo que os serviços vinham sendo prestados sem interrupção já no mês de janeiro de 2015.

142. Importa notar que a conclusão de que o serviço estava em execução no mês de janeiro de 2015 adveio da constatação de que “os painéis de mensagens são vistos diariamente, em funcionamento, em alguns pontos de Brasília – DF”.

143. Há que se diferenciar os procedimentos atinentes à execução orçamentária stricto sensu, disciplinada pela Lei nº 4.320/1964, do dia a dia da prestação dos serviços. Isso porque o contrato foi assinado e começou a ser executado no exercício de 2014, tendo sido emitida a respectiva nota de empenho a partir da contratação, em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

144. Portanto, a continuidade da prestação dos serviços no exercício 2015 não caracterizaria afronta à norma orçamentária, pois apenas retratou o fluxo normal do objeto iniciado no ano anterior. Em razão da mudança de exercício, é fato sanável eventual atraso na formalização dos procedimentos relativos à aprovação do orçamento anual.

145. Na própria Informação nº 98/2015 consta não ter sido detectado pagamento, no exercício de 2015, desvinculado de empenho, fato que caracterizaria desrespeito ao fluxo dos estágios da despesa, situação vedada no caput do art. 60 da Lei nº 4.320/1964.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

146. Assim, considerando que não houve qualquer prejuízo ao Erário e considerando que na origem as despesas já estavam resguardadas por empenho desde a contratação, sugere-se considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Jayme Amorim de Sousa.

Após as análises das razões de justificativas, o Corpo Técnico procedeu ao exame dos pagamentos que foram suspensos por força do item III.a da Decisão nº 1.479/2015⁴, nos seguintes termos:

Análise

148. Na Decisão nº 1.128/202052, o Tribunal considerou procedentes as alegações de defesa apresentadas pela empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., excluindo-a do polo passivo da TCE em exame no Processo nº 1.743/2016.

149. Além disso, reconheceu a inexistência de prejuízo relacionado à locação dos Painéis de Mensagens Variáveis Móveis (PMV-M), tendo sido considerado regular o encerramento daquela TCE.

150. Assim, tendo em conta o afastamento dos motivos que justificavam a suspensão cautelar dos pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, sugere-se revogar a medida cautelar do item III.a da Decisão nº 1.479/2015.

Ao final, a Instrução concluiu pela procedência das razões de justificativas apresentadas e, *tendo em conta o afastamento dos motivos que justificavam a suspensão cautelar dos pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, sugere-se revogar a medida cautelar imposta pelo item III.a da Decisão nº 1.479/2015 e autorizar o arquivamento dos autos.*

Nesse sentido, apresentou ao egrégio Plenário as seguintes sugestões:

⁴ III – determinar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF que: a) suspenda cautelarmente os pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, celebrado com a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda. até ulterior deliberação do Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

157. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente Informação (peça 270) e dos demais documentos acrescidos aos autos (peças 258, 260, 261, 262, 265 e 266);*
- II. levantar o sobrestamento dos presentes autos, em razão do deslinde dos autos de nº 1.743/2016;*
- III. considerar procedentes as razões de justificativas dos Srs. Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, concernentes às irregularidades registradas na Matriz de Responsabilização (e-DOC B3E2ACEA, peça 46).*
- IV. revogar a medida cautelar determinada por meio do item III.a da Decisão nº 1.479/2015;*
- V. autorizar: a) a ciência aos justificantes, ao Detran/DF e à empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda. b) o retorno dos autos à SEASP para fins de arquivamento.*

O douto Ministério Público de Contas, em parecer de lavra da eminente Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Parecer nº 8/2021-G3P, peça nº 274), divergiu parcialmente da Unidade Instrutiva, nos termos das conclusões a seguir reproduzidas:

Conclusões e sugestões

79. Ao examinar as alegações de defesa apresentadas nos autos do Processo n.º 1.743/2016, esta Terceira Procuradoria considera que os argumentos ali expostos não trouxeram elementos ou documentos capazes de modificar o entendimento anteriormente expendido no Parecer n.º 664/2017–GPDA (Peça n.º 211) e afastar a responsabilidade imputada aos ex-gestores responsáveis pelo processo licitatório do Pregão Eletrônico n.º 34/2014.

80. Ainda que o Tribunal tenha decidido pela ausência de prejuízo aos cofres públicos na execução do Contrato n.º 22/2014, entendo que os argumentos ofertados não se mostraram suficientes e satisfatórios para demonstrar a regularidade e licitude dos atos praticados no processo de licitação do Eletrônico Pregão n.º 34/2014.

81. Nesse sentido, este representante ministerial reitera posicionamento quanto à procedência das razões de justificativas da Sra. Daniele da Hora dos Santos; pela procedência parcial das razões de justificativa dos Srs. Frederico Abraham e Marcelo Esrom Cupti Madeira; e pela improcedência das razões de justificativa dos Srs. Rômulo Augusto de Castro Félix, Márcia



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa.

82. Assim, pugno porque os responsáveis abaixo identificados, cujas razões foram rejeitadas, devem responder pelas irregularidades que lhes foram imputadas nestes autos, conforme consolidado na Matriz de Responsabilização (Peça n.º 46), sujeitando-se, em consequência, a aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994:

a) Srs. Marcelo Esrom Cupti Madeira, chefe do Núcleo de Atividade Técnica de Trânsito, e Frederico Abraham, Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, pela elaboração de Termo de Referência em desacordo com as previsões estabelecidas na Decisão Normativa n.º 1/2011–TCDF, na Lei n.º 8.666/1993 (artigos 3º, §1º, inciso I; 6º, inciso IX; 7º, inciso II; 15, inciso V e 41, caput e § 1º), na Lei n.º 10.520/2002 (art. 3º, inciso II) e no Decreto n.º 5.450/2005 (art. 18, 1º);

b) Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix, Diretor-Geral Interino, pela aprovação de Termo de Referência em desacordo com as previsões estabelecidas na Decisão Normativa n.º 1/2011–TCDF, na Lei n.º 8.666/1993 (artigos 3º, §1º, inciso I; 6º, inciso IX; 7º, inciso II; 15, inciso V e 41, caput e § 1º), na Lei n.º 10.520/2002 (art. 3º, inciso II) e no Decreto n.º 5.450/2005 (art. 18, 1º), bem assim nos itens 9.1.1 e 9.4 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 34/2014;

c) Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Executora do Contrato, de julho de 2014 a fevereiro de 2015, e Sr. Cleber Manoel Batista, Executor do Contrato, de março a abril de 2015, por permitirem a execução contratual em desacordo com o objeto contratado, com grave infração ao art. 66, caput, da Lei n.º 8.666/1993 e ao art. 44, caput, e parágrafo único do Decreto distrital n.º 32.598/2010; e

d) Sr. Jayme Amorim de Sousa, Diretor-Geral do DETRAN/DF, responsável pela realização de despesas sem prévio empenho no período de janeiro a abril de 2015;

83. Nesse contexto, em face das irregularidades constatadas, entendo que o Tribunal deve julgar ilegal o Pregão Eletrônico n.º 30/2014 e, por consequência, anular o Contrato n.º 22/2014 dele decorrente, determinando ao DETRAN/DF, com fundamento no art. 1º, inciso X, da Lei Complementar n.º 1/1994, combinado com o art. 249 do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução n.º 296/2016, que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.

84. No mais, tendo em vista as justificativas trazidas aos autos não se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

mostrarem suficientes e satisfatórias para afastar as irregularidades constatadas no Pregão Eletrônico n.º 34/2014, que culminou no Contrato n.º 22/2014, considero que o Tribunal deve manter a medida acautelatória atinente ao pagamento dos serviços do aludido ajuste, reiterando, assim, os termos contidos no item III, alínea “a”, da Decisão n.º 1.479/2015.

85. Por fim, a título de informação, e consulta ao sítio eletrônico do TJDF, verifica-se que a Ação de Conhecimento n.º 0709751-17.2018.8.07.0018 havia sido inicialmente pautada para julgamento virtual no dia 03.02.2021. No entanto, o Distrito Federal peticionou nos autos requerendo a sua inclusão em pauta presencial por videoconferência para fins de sustentação oral. Assim sendo, o processo foi retirado da pauta e ainda não foi incluído novamente.

Dessarte, a ilustre Representante do *Parquet* especial propôs ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento dos documentos acostados aos autos (Peças n.º 258, n.º 260, n.º 261, n.º 262, n.º 265 e n.º 266);

II. levante o sobrestamento dos presentes autos, em razão do deslinde do Processo n.º 1.743/2016;

III. considere, no mérito:

a) procedentes as razões de justificativas da Sra. Daniele da Hora dos Santos (Peça n.º 111);

b) parcialmente procedentes razões de justificativa dos Srs. Frederico Abraham (Peça n.º 101) e Marcelo Esrom Cupti Madeira (Peça n.º 108);

c) improcedentes as razões de justificativa dos Srs. Rômulo Augusto de Castro Félix (Peça n.º 114), Márcia Letícia de Souza Campos Dutra (Peça n.º 115), Cleber Manoel Batista (Peça n.º 107) e Jayme Amorim de Sousa (Peça n.º 106);

IV. delibere acerca da aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis abaixo identificados, pelas irregularidades que lhes foram imputadas na Matriz de Responsabilização (Peça n.º 46):

a) Srs. Marcelo Esrom Cupti Madeira, chefe do Núcleo de Atividade Técnica de Trânsito, e Frederico Abraham, Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, pela elaboração de Termo de Referência em desacordo com as previsões estabelecidas na Decisão Normativa n.º 1/2011–TCDF, na Lei n.º 8.666/1993 (artigos 3º, §1º, inciso I; 6º, inciso IX; 7º, inciso II; 15, inciso V e 41, caput e § 1º), na Lei n.º 10.520/2002 (art. 3º, inciso II) e no Decreto n.º 5.450/2005 (art. 18, 1º);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

b) Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix, Diretor-Geral Interino, pela aprovação de Termo de Referência em desacordo com as previsões estabelecidas na Decisão Normativa n.º 1/2011–TCDF, na Lei n.º 8.666/1993 (artigos 3º, §1º, inciso I; 6º, inciso IX; 7º, inciso II; 15, inciso V e 41, caput e § 1º), na Lei n.º 10.520/2002 (art. 3º, inciso II) e no Decreto n.º 5.450/2005 (art. 18, 1º), bem assim nos itens 9.1.1 e 9.4 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 34/2014;

c) Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Executora do Contrato, de julho de 2014 a fevereiro de 2015, e Sr. Cleber Manoel Batista, Executor do Contrato, de março a abril de 2015, por permitirem a execução contratual em desacordo com o objeto contratado, com grave infração ao art. 66, caput, da Lei n.º 8.666/1993 e ao art. 44, caput, e parágrafo único do Decreto distrital n.º 32.598/2010; e

d) Sr. Jayme Amorim de Sousa, Diretor-Geral do DETRAN/DF, responsável pela realização de despesas sem prévio empenho no período de janeiro a abril de 2015;

V. julgue ilegal o Pregão Eletrônico n.º 30/2014, bem assim o Contrato n.º 22/2014 dele decorrente, determinando ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF, com fundamento no art. 1º, inciso X, da Lei Complementar n.º 1/1994, combinado com o art. 249 do Regimento Interno do TCDF, aprovado pela Resolução n.º 296/2016, que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, disso informando à Corte no mesmo prazo;

VI. mantenha a suspensão do pagamento dos serviços referentes ao Contrato n.º 22/2014;

VII. autorize:

a) a ciência aos justificantes, ao DETRAN/DF e à empresa SHEMPO Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda.;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – SEASP para adoção das providências de alçada.

Por meio do Despacho lançado à peça nº 275 os autos foram encaminhados ao meu gabinete.

Entrementes, o representante da empresa SHEMPO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI – EPP (pela nº 278) manejou pedido de sustentação oral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Examinando essa pretensão, mediante o Despacho Singular 51/2023 - GC/PT (peça nº 279) deferi o pedido e fixei o dia de 03.05.2023 para a realização, tendo o ilustre advogado da empresa acusado o recebimento da comunicação em 12.04.2023 (peça nº 281).

Na sequencia, após ouvir atentamente os argumentos da defesa, solicitei o adiamento da discussão da matéria e a respectiva devolução dos autos ao meu gabinete (Decisão nº 1.855/2023).

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

VOTO

Na última deliberação adotada neste feito, consubstanciada na Decisão nº 279/2018, este Tribunal sobrestou o exame das razões de justificativa e manteve a suspensão dos pagamentos para a empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda até o desfecho do Processo nº 1.743/2016.

Ocorrido o deslinde do processo acima citado, nesta fase, examina-se o mérito das razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis chamados em audiência nos termos do item II da Decisão nº 6.143/2015 (peças nºs 101, 106, 107, 108, 111, 114 e 115), bem como a revogação da medida cautelar de suspensão dos pagamentos do Contrato nº 22/2014 (item III.a da Decisão nº 1.479/2015).

Rememore-se que, mediante a Decisão nº 1.128/2020, proferida no Processo nº 1.743/2016, a Corte, por maioria, deliberou por:

- I – tomar conhecimento das alegações de defesa de peças nºs 78, 79, 99 e 100 para, no mérito, **considerar**: a) procedentes aquelas apresentadas pela empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., excluindo-a do polo passivo da TCE em exame; b) **procedentes as defesas apresentadas pelos Srs. Frederico Abraham e Rômulo Augusto de Castro Félix para considerar a inexistência do débito, devendo seus conteúdos serem aproveitados ao Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira e também à empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., nos termos do art. 127 do Regimento Interno do TCDF;***
- II – considerar regular o encerramento das contas especiais em exame, com fulcro no art. 13, III, da Resolução nº 102/98-TCDF;***
- III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para a adoção das providências devidas e posterior arquivamento. (destaquei).*

Considerando o desfecho do Processo nº 1.743/2016, a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 69/2020-DIASP (peça nº 270) deu seguimento aos presentes autos e procedeu à análise das razões de justificativas, tendo concluído pelo acolhimento das defesas. Confira-se:

151. No âmbito do Processo nº 1.743/2016 não restou evidenciado sobrepreço no valor do contrato de aluguel em relação a referências de mercado, nem tampouco foi identificado prejuízo decorrente da opção pela locação em detrimento da aquisição dos painéis e gestão dos serviços pelo próprio Detran/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

152. As razões de decidir que fundamentaram o arquivamento da TCE, mormente em relação à ausência de dano na locação dos PMV-M tiveram influência no presente exame das razões de justificativa em face da Decisão nº 6.143/2015.

153. Verificou-se que os argumentos dos justificantes, aliados às premissas fundamentadas na Decisão nº 1.128/2020 e respectivo voto condutor, impõem a acolhida das razões de justificativa apresentadas.

154. Na análise das razões foram considerados as diretrizes do Decreto-Lei nº 4.657/1942, especialmente em relação ao artigo 22, acrescido pela Lei nº 13.655/2018:

(...)

155. Desse modo, considerando que os atos praticados pelos gestores foram fundamentados nas informações que tinham à época do procedimento licitatório (as quais evidenciaram conformidade com a realidade apurada a posteriori) e tendo em vista não haver nos autos indícios de má-fé ou de irregularidade insanável, sugere-se considerar procedentes as manifestações apresentadas.

156. Por fim, tendo em conta o afastamento dos motivos que justificavam a suspensão cautelar dos pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014, sugere-se revogar a medida cautelar imposta pelo item III.a da Decisão nº 1.479/2015 e autorizar o arquivamento dos autos.

Ao final, apresentou ao egrégio Plenário as seguintes proposições:

- a) levantar o sobrestamento dos presentes autos, em razão do deslinde do Processo nº 1.743/2016;
- b) considerar procedentes as razões de justificativas, concernentes às irregularidades registradas na Matriz de Responsabilização (peça nº 46);
- c) revogar a medida cautelar determinada por meio do item III, “a”, da Decisão nº 1.479/2015;
- d) autorizar a ciência aos justificantes, ao Detran/DF e à empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda. e o retorno dos autos à SEASP para fins de arquivamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

O *Parquet* especial, por meio do Parecer nº 8/2021-G3P/DA (peça nº 274), com exceção da justificante Daniele da Hora dos Santos, dissentiu da instrução e defendeu que os argumentos expostos nas razões de justificativa não trouxeram elementos ou documentos capazes de modificar o entendimento anteriormente expandido no Parecer n.º 664/2017–GPDA (Peça n.º 211) e afastar a responsabilidade imputada aos ex-gestores responsáveis pelo procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 34/2014.

Outrossim, o Órgão ministerial opinou pela procedência parcial das razões de justificativa dos Srs. Frederico Abraham e Marcelo Esrom Cupti Madeira e pela improcedência das alegações dos Srs. Rômulo Augusto de Castro Félix, Cleber Manoel Batista, Jayme Amorim de Sousa e da Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra.

Compulsando os autos, com as *venias* de praxe, registro minha convergência para a Unidade Técnica, sobretudo considerando o desfecho da TCE objeto do Processo nº 1.743/2016, no qual não foi constatada a ocorrência de prejuízo ao erário.

Com efeito, os justificantes Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira e Rômulo Augusto de Castro Félix respondem, em conjunto, pelas seguintes irregularidades:

- * **Irregularidade 1:** infração à Decisão nº 1/2011 – TCDF (estudo técnico de viabilidade insatisfatório);
- * **Irregularidade 2:** infração ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 (ausência de composição dos custos unitários dos serviços);
- * **Irregularidade 3:** infração ao art. 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993 (ausência de cotejamento dos preços praticados no âmbito da Administração Pública);
- * **Irregularidade 4:** infração ao art. 6º, inciso IX, da Lei nº 8.666/1993 (imprecisão na definição da prestação dos serviços).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

No que tange à **irregularidade 01** (estudo técnico de viabilidade insatisfatório), concordo com a análise elaborada pela Unidade Instrutiva no sentido de que, embora simplificado, o estudo continha elementos suficientes para permitir a inferência sobre a escolha da locação ou aquisição (considerando a contratação por um ano) e sua simples existência demonstra que a escolha do Detran/DF foi motivada também com base no cenário de aquisição.

Quanto à vantajosidade da alocação frente à aquisição, esta Corte, após o início da execução do contrato e de posse de mais informações que aquelas disponíveis à época da contratação, **verificou a inexistência de prejuízo**. Nesse sentido, peço *venia* para reproduzir excerto do voto condutor da Decisão nº 1.128/2020, da lavra do ilustre Conselheiro Márcio Michel:

32. Outrossim, cumpre destacar que também não se caracterizou, nestes autos, que o preço praticado para a locação foi excessivo frente a outras contratações de mesma natureza, o que poderia vir a caracterizar benefício indevido da empresa.

Conclui-se, portanto, a ausência de desídia da parte dos justificantes ao optar pela celebração de contrato de locação, uma vez que baseada em estudo de viabilidade que, em que pese não ter seguido o estrito rito da Decisão Normativa nº 01/2011, mostrou-se adequado para demonstração do custo/benefício da locação.

Ao proceder ao exame da **irregularidade 02** (ausência de composição dos custos unitários dos serviços), a Unidade Técnica asseverou que os defendentes tem razão, uma vez que o detalhamento de custos baseou-se no custo unitário de locação/dia, considerando que esse parâmetro mostrou-se suficiente para a formulação de propostas pelas licitantes. Ressaltou, ainda, que pela sistemática adotada para a avença a contraprestação se deu apenas para as quantidades diárias efetivamente utilizadas/disponibilizadas, fato que simplificou o faturamento dos serviços. Confira-se trecho da manifestação:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

62. De qualquer forma, entende-se que eventual falta de maiores detalhamentos na composição do custo unitário não configurou grave afronta à Lei de Licitações, haja vista a ausência de prejuízo para a Administração ou comprometimento do procedimento licitatório.

63. Ressalte-se que no curso da fiscalização não foi evidenciado qualquer indício de má-fé dos gestores responsáveis, pelo contrário, os autos denotam a busca de eficiência na realização do serviço público, como sugere o estabelecimento de locação diária com pagamento apenas nos dias de veiculação de mensagens.

64. Sugere-se, pois, considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira, pelo Sr. Frederico Abraham e pelo Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix com respeito à irregularidade 2.

A respeito da **irregularidade 03** (ausência de cotejamento dos preços praticados no âmbito da Administração Pública), procede o o argumento dos justificantes ante a ausência de contrato de locação nos mesmos moldes do Contrato nº 22/2014, que poderia ter balizado os preços praticados na referida contratação.

No concernente à **irregularidade 04** (imprecisão na definição da prestação dos serviços), a Unidade Instrutiva não verificou a imprecisão relatada. Nesse sentido, o número de equipamentos definidos para a locação, de até 40 (quarenta) painéis, se mostrou suficiente:

Ademais, conforme previsto no certame, o pagamento restringiu-se aos painéis utilizados, o que se mostrou razoável e condizente com o interesse público, haja vista a impossibilidade de se prever com exatidão a demanda futura.

Na sequência, no que tange à **irregularidade 5** (não fornecimento de resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 30/2014), as respostas foram compostas por documentação comprobatória que evidencia o fornecimento de resposta à impugnação do Pregão Eletrônico nº 30/2014.

Relativamente à **irregularidade 6** (frustração do caráter competitivo do certame), ao discorrer sobre as razões de justificativas apresentadas pelos **Srs. Frederico Abraham, Sr. Marcelo Esrom Cupti Madeira e do Sr. Rômulo Augusto de Castro Félix**, a diligente SEASP assim arrazoou:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

105. Em que pese o título da irregularidade seja frustração do caráter competitivo do certame, não há evidência de que isso de fato ocorreu, pelo contrário, o Pregão Eletrônico nº 30/2014 contou com quatro licitantes, indicando que houve competição.

106. No mais, os argumentos apresentados pelos licitantes são procedentes tendo em vista que o Pregão Eletrônico foi realizado no dia 29/05/2014 e já no dia 15/06/2014 estava marcado um jogo da Copa do Mundo em Brasília.

107. Assim, embora tenha sido demandado prazo aparentemente exíguo para o fornecimento de parte dos painéis, a justificativa é plausível, sob pena de não atingimento da finalidade almejada. Ademais, conforme já informado no presente Relatório, houve a participação de número razoável de licitantes, de forma que, no caso concreto, não se identificou prejuízo ao certame relacionado ao prazo escolhido para a entrega dos equipamentos.

No concernente à **Irregularidade 7** (atestados de execução insatisfatórios e execução do contrato em desacordo com o objeto e suas cláusulas), as justificativas da **Sra. Márcia Letícia de Souza Campos Dutra e do Sr. Cleber Manoel Batista** podem ser acolhidas tendo em vista que os PMV veicularam mensagens condizentes com a finalidade da Autarquia. Na linha da Instrução:

130. Como argumentaram os justificantes, os painéis foram utilizados para finalidades outras nos horários vagos, quando as diárias já haviam sido pagas. Assim, a veiculação de mensagens atendeu ao interesse público sem a imposição de custo adicional ao erário.

131. Além disso, não há qualquer evidência de que os painéis tenham sido utilizados apenas para veiculação de mensagens educativas e institucionais, ao invés de para o controle de tráfego.

Por fim, no que tange à **irregularidade 8** (realização de despesa sem prévio empenho), acerca das razões de justificativas do Sr. Jayme Amorim de Sousa, o Corpo Técnico asseverou:

140. A manifestação do justificante indica que ele tomou as medidas devidas visando ao resguardo do Erário e à correta programação dos empenhos referentes ao Contrato nº 22/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

141. Por outro lado, entende-se que, na verdade, não ocorreu a falha apontada. Isso porque, depreende-se da Informação nº 98/2015, da então 1ª Divisão de Acompanhamento que, no exercício de 2015, a primeira nota de empenho foi emitida em abril daquele ano, sendo que os serviços vinham sendo prestados sem interrupção já no mês de janeiro de 2015.

142. Importa notar que a conclusão de que o serviço estava em execução no mês de janeiro de 2015 adveio da constatação de que “os painéis de mensagens são vistos diariamente, em funcionamento, em alguns pontos de Brasília – DF”.

143. Há que se diferenciar os procedimentos atinentes à execução orçamentária stricto sensu, disciplinada pela Lei nº 4.320/1964, do dia a dia da prestação dos serviços. Isso porque o contrato foi assinado e começou a ser executado no exercício de 2014, tendo sido emitida a respectiva nota de empenho a partir da contratação, em observância aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964.

144. Portanto, a continuidade da prestação dos serviços no exercício 2015 não caracterizaria afronta à norma orçamentária, pois apenas retratou o fluxo normal do objeto iniciado no ano anterior. Em razão da mudança de exercício, é fato sanável eventual atraso na formalização dos procedimentos relativos à aprovação do orçamento anual.

145. Na própria Informação nº 98/2015 consta não ter sido detectado pagamento, no exercício de 2015, desvinculado de empenho, fato que caracterizaria desrespeito ao fluxo dos estágios da despesa, situação vedada no caput do art. 60 da Lei nº 4.320/1964.

146. Assim, considerando que não houve qualquer prejuízo ao Erário e considerando que na origem as despesas já estavam resguardadas por empenho desde a contratação, sugere-se considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Jayme Amorim de Sousa.

Em acréscimo à minuciosa análise da Unidade Instrutiva, acrescento que, no **Voto condutor da Decisão nº 279/2018** (peça nº 236), considerei que o desfecho da citada TCE iria influenciar na formulação de juízo sobre aplicação ou não da multa do art. 57, II, da LC nº 01/94. *In verbis*:

(...)

Com as vênias de praxe, entendo existir questão prejudicial a ser sanada antes de a Corte se debruçar sobre as razões de justificativas apresentadas pelos senhores mencionados no item II da Decisão nº 6143/2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Com efeito, ressalto que este Plenário, recentemente (S. O. de 23/01/2018), por meio da Decisão nº 90/2018, proferida no Processo nº 1743/2016 (TCE destinada a apurar possível prejuízo no Contrato nº 22/2014), concedeu prazo (30 dias, improrrogáveis) para que a contratada, empresa SHEMAPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda., juntasse à sua defesa um laudo pericial, a ser produzido com a finalidade de demonstrar que os preços utilizados como paradigma pelo corpo técnico desta Corte não seriam compatíveis com o objeto do ajuste em tela.

Assim, somente após o exame da prova pericial a ser produzida pela contratada, a Corte deverá ter condições de afirmar se a execução do Contrato nº 22/2014 causou prejuízo aos cofres públicos e, em caso positivo, qual o valor e os respectivos responsáveis.

Desse modo, considerando-se que o desfecho do exame das defesas examinadas pela Corte na referida TCE inegavelmente irá influenciar a formulação de um juízo seguro sobre a aplicação ou não da multa do art. 57, II, da LC nº 01/94, bem como na eventual dosimetria dessa sanção, entendo que a Corte deve determinar o sobrestamento da análise das razões de justificativas até o desfecho da TCE objeto do Processo nº 1743/2015.

Registro, por oportuno, que, por força da Decisão nº 5241/2016, o exame do mérito do recurso inominado interposto pela contratada foi sobrestado até a conclusão das apurações realizadas no referido Processo nº 1743/2016. Nada obstante, mediante a Decisão nº 2260/2017, a Corte retomou o exame do feito, negando provimento ao referido recurso.

Vencida a questão atinente às razões de justificativas, também, peço vênia para divergir das sugestões dos pareceres quanto à declaração de ilegalidade, já nesta etapa, do Pregão nº 30/2014, bem assim do decorrente Contrato nº 22/2014.

Nessa seara, penso ser prudente aguardar, da mesma forma, o desfecho do Processo nº 1743/2015, no qual será realizado um juízo terminativo acerca da ocorrência ou não de prejuízo.

Por fim, registro concordância com duas sugestões constantes dos pareceres. Entendo que, no uso do poder de cautela, este Tribunal deve, conforme sugerido, manter a suspensão de pagamentos determinada pelo item II, “a”, da Decisão nº 1479/2015 até o deslinde do Processo nº 1743/2016.

Da mesma forma, tendo em vista o término da vigência do Contrato nº 22/2014, ocorrida em 08/07/2015, o Tribunal deve considerar prejudicada, por perda do objeto, a cautelar de abstenção da execução contratual, imposta pelo item III, “b”, da Decisão nº 1479/2015.

(...). (destaquei).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

No diapasão, considerando a inexistência de prejuízo decorrente da opção pela locação em detrimento da aquisição dos painéis e gestão dos serviços pelo próprio Detran/DF, os argumentos dos justificantes, aliados às premissas fundamentadas na Decisão nº 1.128/2020⁵ e respectivo voto condutor, impõem a acolhida das razões de justificativa apresentadas.

Como se sabe, a penalidade de multa possui caráter punitivo, em razão do cometimento de alguma irregularidade por parte do agente público, cujo comportamento foi considerado reprovável por esta Corte. Na minha ótica, não restou evidenciada a ocorrência de prática de ato com grave infração à norma legal pelos justificantes, *considerando que os atos praticados pelos gestores foram fundamentados nas informações que tinham à época do procedimento licitatório (as quais evidenciaram conformidade com a realidade apurada a posteriori) e tendo em vista não haver nos autos indícios de má-fé ou de irregularidade insanável, sugere-se considerar procedentes as manifestações apresentadas.* (§ 155 da Informação).

Outrossim, observa-se as diretrizes do Decreto-Lei nº 4.657/1942, **especialmente em relação ao artigo 22**, acrescido pela Lei nº 13.655/2018, *verbis*:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

⁵ I. após examinada a hipótese comparativa da locação versus a aquisição dos PMV-M, o TCDF declarou a inexistência de prejuízo na opção adotada pelo DETRAN/DF; (item I.b da Decisão nº 1.128/2020).
II. o preço de locação dos PMV-M se mostrou compatível frente a outras contratações de mesma natureza; (§ 32)
III. o exercício teórico-comparativo entre locação e aquisição é relevante sob o viés prospectivo, dentro de um cenário de planejamento estratégico/operacional; (§ 37)
IV. a apuração de eventual prejuízo, em sede de TCE, deve seguir a retrospectiva dos fatos e utilizar balizas concretas; (§ 38)
V. a vigência inicial do contrato com a Shempo era de doze meses, sendo inadequado o estudo comparativo utilizando prazo estendido; (§ 40)
VI. evidências permitem concluir que no período de vigência da contratação a locação seria mais favorável que a aquisição. (§ 42). (Informação nº 69/2020-DIASP1 (peça nº 270).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Por fim, tendo em conta o afastamento dos motivos que justificavam a suspensão cautelar dos pagamentos referentes ao Contrato nº 22/2014 (inexistência de prejuízo relacionado à locação dos Painéis de Mensagens Variáveis Móveis (PMV-M), tendo sido considerado regular o encerramento da TCE), impõe-se a revogação da medida cautelar determinada pelo item III, “a”, da Decisão nº 1.479/2015.

Diante do exposto, manifestando-me em concordância com as considerações lançadas pelo Órgão Instrutório, as quais incorporo como razões de decidir, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) da Informação nº 69/2020 (peça nº 270) e dos demais documentos acrescidos aos autos (peças nºs 258, 260, 261, 262, 265 e 266);
 - b) do Parecer nº 08/2021-G3P (peça nº 274);
- II. levante o sobrestamento dos presentes autos, em razão do deslinde dos autos do Processo nº 1.743/2016;
- III. considere procedentes as razões de justificativas dos Srs. Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, concernentes às irregularidades registradas na Matriz de Responsabilização (peça nº 46);
- IV. revogue a medida cautelar determinada por meio do item III, “a”, da Decisão nº 1.479/2015;
- V. autorize:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

- a) a ciência aos justificantes, ao Detran/DF e à empresa Shempo Indústria e Comércio de Eletrônicos e Serviços Ltda.
- b) o retorno dos autos à SEASP para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2023.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral
Procuradoria Jurídica

Memorando Nº 2425/2023 - DETRAN/DG/PROJUR

Brasília-DF, 19 de junho de 2023.

À DIRAG,

Trata-se de representação nº 18/2014-DA, do Ministério Público junto ao Tribunal - MPJTCD, noticiando possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SHEMPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

Ato contínuo, o e. TCDP proferiu decisão em 07/06/23, documento anexo (115423055), requer desta feita, e, em conformidade com a referida decisão, juntamente com o relatório (115423287), que:

a) Sejam comunicados aos Senhores Servidores Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, acerca da referida decisão;

b) Seja providenciada no âmbito interno, em especial à DIRPOF, diligência quanto à revogação da medida cautelar.

Finalmente requeiro que, em havendo necessidade, nos moldes da referida decisão, sejam tomadas as medidas necessárias ao seu inteiro cumprimento.

Sem mais,

Atenciosamente,

Gustavo Geraldo Pereira Machado

Chefe da PROJUR.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO GERALDO PEREIRA MACHADO - Matr.251175-4, Chefe da Procuradoria Jurídica**, em 19/06/2023, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **115423517** código CRC= **13313356**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, TÉRREO - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral
Diretoria de Administração Geral

Despacho - DETRAN/DG/DIRAG

Brasília-DF, 20 de junho de 2023.

À Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DIRTEC/DG/DETRAN-DF,
À Diretoria de Controle de Veículos e Condutores - DIRCONV/DG/DETRAN-DF,
À Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/DETRAN-DF,
C/C: À Planejamento e Modernização Administrativa - GERPLAN/DIRPOF/DETRAN,
C/C: À Gerência de Documentação - GERDOC/DIRAG,
C/C: À Gerência de Gestão de Pessoas - GERPES/DIRAG,
C/V: Ao Núcleo de Registro Financeiro - NURFI/GERPES,

Trata o presente de Ofício nº 2107/2023-GP (115290874), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha a Decisão nº 2491/2023- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TC/DF(115423055), proferida na Sessão Ordinária nº 5343, realizada em 07/06/2023, quando foi apreciado o Processo 26579/2014-e, de relato do CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA, que trata sobre a Ação Corretiva n.º 93/2016 – SUBCI/CGDF, noticiando possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SHEMA Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

Neste contexto a Procuradoria Jurídica se manifestou nos termos do Memorando Nº 2425/2023 - DETRAN/DG/PROJUR(115423517), in verbis:

a) Sejam comunicados aos Senhores Servidores Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, acerca da referida decisão;

b) Seja providenciada no âmbito interno, em especial à DIRPOF, diligência quanto à revogação da medida cautelar.

Finalmente requiro que, em havendo necessidade, nos moldes da referida decisão, sejam tomadas as medidas necessárias ao seu inteiro cumprimento.

Encaminho os autos para conhecimento do inteiro teor do Memorando Nº 2425/2023 - DETRAN/DG/PROJUR (115423517), visando o cumprimento da decisão judicial.

Pelo exposto, encaminhamos o presente processo para conhecimento e atendimento a tudo quanto demandado, momento em que solicitamos o encaminhamento das informações à PROJUR, com a **máxima brevidade, observando o exíguo prazo assinalado de 10 (dez) dias.**

ANDERSON MOURA E SOUSA

Diretor de Administração Geral - DETRAN/DF



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MOURA E SOUSA - Matr.0164731-8, Diretor(a) de Administração Geral**, em 20/06/2023, às 12:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **115550210** código CRC= **09E7F550**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 2º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF
3343-5140

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115550210



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral
Diretoria de Controle de Veículos e Condutores

Despacho - DETRAN/DG/DIRCONV

Brasília-DF, 20 de junho de 2023.

À Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito - DIRPOL,

De ordem do Diretor da Dirconv, encaminho a V. S^a o presente processo tendo em vista que o Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SEMPLO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda, é de competência dessa Dirpol, não havendo, portanto, diligências de mérito desta Diretoria de Controle de Veículos e Condutores.

M^a Luísa L Batista Aguiar
Assessora



Documento assinado eletronicamente por **MARIA LUISA L BATISTA AGUIAR - Matr.0001161-4, Assessor(a) Especial**, em 22/06/2023, às 11:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **115589124** código CRC= **E5449C51**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 1º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF
3343-5274

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115589124



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Direção-Geral
Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

Despacho - DETRAN/DG/DIRPOF

Brasília-DF, 21 de junho de 2023.

Ao Nuorç e Nupag,

Para conhecimento e as providências que julgarem necessárias, no âmbito de suas competências.

Atenciosamente,

Kleybe Alves da Silva
Analista em Atividades de Trânsito



Documento assinado eletronicamente por **KLEYBE ALVES DA SILVA - Matr.0000960-1, Analista em Atividades de Trânsito**, em 21/06/2023, às 16:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=115719127 código CRC= **2DF63E4F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 2º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF
3343-5154

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115719127



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Orçamento Finanças
Núcleo de Pagamento

Despacho - DETRAN/DG/DIRPOF/GEROF/NUPAG

Brasília-DF, 22 de junho de 2023.

À Dirpof,

Em atenção ao Despacho Dirpof (115719127), informo ciência aos documentos dos autos e que não há providências a serem adotadas neste Núcleo no momento.

Atenciosamente,

Alexandre Almeida Soares

Chefe



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE ALMEIDA SOARES - Matr.0250497-9, Chefe do Núcleo de Pagamento**, em 22/06/2023, às 09:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **115751971** código CRC= **56058F57**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 2º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF

3343-5156

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115751971



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Orçamento Finanças
Núcleo de Execução Orçamentária

Despacho - DETRAN/DG/DIRPOF/GEROF/NUORÇ

Brasília-DF, 22 de junho de 2023.

À Dirpof,

Em atenção ao Despacho 115719127, informamos ciência ao Ofício nº 2107/2023-GP (115290874) e à Decisão nº 2491/2023- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TC/DF(115423055).

Atenciosamente,

Jean Jorge Ferreira Silva
Chefe substituto



Documento assinado eletronicamente por **JEAN JORGE FERREIRA SILVA - Matr.0250469-3, Chefe do Núcleo de Execução Orçamentária substituto(a)**, em 22/06/2023, às 09:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **115755450** código CRC= **F8D41EC6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 2º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF
3343-5270

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115755450



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Diretoria de Administração Geral
Gerência de Gestão de Pessoas

Despacho - DETRAN/DG/DIRAG/GERPES

Brasília-DF, 22 de junho de 2023.

Ao Núcleo de Registro Funcional (Nuref),

Assunto: Decisão nº 2491/2023 - Tribunal de Contas do Distrito Federal (Tcdf)

Tratam os autos acerca do Ofício nº 2107/2023-GP (115290874), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha a Decisão nº 2491/2023- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TC/DF (115423055), proferida na Sessão Ordinária nº 5343, realizada em 07/06/2023, quando foi apreciado o Processo 26579/2014-e, de relato do CONSELHEIRO PAULO TADEU VALE DA SILVA, que trata sobre a Ação Corretiva nº 93/2016 – SUBCI/CGDF, noticiando possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SEMPPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

Ante o exposto, solicitamos que seja dada ciência aos servidores **Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa** acerca da Decisão nº 2.491/2023-TCDF (115423055) e do Relatório (115423287), conforme solicitado no Despacho DETRAN/DG/DIRAG (115550210).



Documento assinado eletronicamente por **JUNIO CESAR FERREIRA - Matr.0251266-1, Gerente de Gestão de Pessoas**, em 22/06/2023, às 17:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **115834070** código CRC= **A376A422**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, 1º ANDAR - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP 70620-000 - DF

3343-5116

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 115834070

Data de Envio:

23/06/2023 15:04:54

De:

DETRAN/Núcleo de Registro Funcional <nuref@detran.df.gov.br>

Para:

"Frederico Abraham" <frederico.abraham@detran.df.gov.br>
"Marcelo Esrom Cupti Madeira" <marcelo.madeira@detran.df.gov.br>
"Romulo Augusto de Castro Felix" <romulo.felix@detran.df.gov.br>
"Daniele da Hora dos Santos" <daniele.santos@detran.df.gov.br>
"Cleber Manoel Batista" <cleber.batista@detran.df.gov.br>
"Jayme Amorim de Sousa" <amorim@detran.df.gov.br>
DANIDAHORA@HOTMAIL.COM
romulodt06@gmail.com

Assunto:

Notificação

Mensagem:

Senhores servidores,

Boa tarde!

Encaminho documentação para conhecimento e providências no que couber.

Atenciosamente,

Elaine S. Haro Seixas
Analista em Atividades de Trânsito
Núcleo de Registro Funcional - NUREF

Anexos:

Oficio_115290874_16867690876612.html.pdf
Decisao_115423055_DECISAO_SHEMPO.pdf
Relatorio_115423287_RELATORIO_SHEMPO.pdf
Memorando_115423517.pdf
Despacho_115550210.pdf
Despacho_115589124.pdf
Despacho_115719127.pdf
Despacho_115751971.pdf
Despacho_115755450.pdf
Despacho_115834070.pdf

Data de Envio:

23/06/2023 15:36:35

De:

DETRAN/Núcleo de Registro Funcional <nuref@detran.df.gov.br>

Para:

m.leticia campos@hotmail.com

Assunto:

Notificação

Mensagem:

Senhores servidores,

Boa tarde!

Encaminho documentação para conhecimento e providências no que couber.

Atenciosamente,

Elaine S. Haro Seixas

Analista em Atividades de Trânsito

Núcleo de Registro Funcional - NUREF

Anexos:

Oficio_115290874_16867690876612.html.pdf
Decisao_115423055_DECISAO_SHEMPO.pdf
Relatorio_115423287_RELATORIO_SHEMPO.pdf
Memorando_115423517.pdf
Despacho_115550210.pdf
Despacho_115589124.pdf
Despacho_115719127.pdf
Despacho_115751971.pdf
Despacho_115755450.pdf
Despacho_115834070.pdf
Correspondencia_Eletronica_115924743.pdf



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Direção-Geral
Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito

Memorando Nº 163/2023 - DETRAN/DG/DIRPOL

Brasília-DF, 29 de junho de 2023.

À Procuradoria Jurídica (PROJUR)

Assunto: Decisão nº 2491/2023 - Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)

De ordem do Diretor da Dirpol,

Trata-se do Ofício nº 2107/2023-GP (115290874), oriundo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual encaminha a Decisão nº 2491/2023- Tribunal de Contas do Distrito Federal - TC/DF(115423055), proferida na Sessão Ordinária nº 5343, realizada em 07/06/2023, noticiando possíveis irregularidades no procedimento que deu origem ao Contrato nº 22/2014, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF e a empresa SEMPPO Indústria e Comércio de Eletroeletrônicos e Serviços Ltda.

Neste contexto a Procuradoria Jurídica se manifestou nos termos do Memorando Nº 2425/2023 - DETRAN/DG/PROJUR(115423517), *in verbis*:

a) Sejam comunicados aos Senhores Servidores Frederico Abraham, Marcelo Esrom Cupti Madeira, Rômulo Augusto de Castro Félix, Daniele da Hora dos Santos, Márcia Letícia de Souza Campos Dutra, Cleber Manoel Batista e Jayme Amorim de Sousa, acerca da referida decisão;

b) Seja providenciada no âmbito interno, em especial à DIRPOF, diligência quanto à revogação da medida cautelar.

Finalmente requeiro que, em havendo necessidade, nos moldes da referida decisão, sejam tomadas as medidas necessárias ao seu inteiro cumprimento.

Em atenção ao Memorando Nº 2425/2023 (115423517) da Procuradoria Jurídica (PROJUR), e ao Despacho (115550210) da Diretoria de Administração Geral (DIRAG), restituímos os autos à d. Procuradoria, informando que a Gerência de Gestão de Pessoas (GERPES) enviou correspondência eletrônica (115924743) ao e-mail funcional dos servidores lotados nesta Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito, a fim de cumprir a decisão em epígrafe.

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DA SILVA TORRES - Matr.0250612-2, Agente de Trânsito**, em 29/06/2023, às 21:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **116334895** código CRC= **DE7407AA**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SGAN QUADRA 907 BLOCO T - Bairro ASA NORTE - CEP 70790-070 - DF
Telefone(s): 3448-3816
Sítio - www.detran.df.gov.br

00600-00007812/2023-11

Doc. SEI/GDF 116334895



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal
Direção-Geral
Procuradoria Jurídica

Ofício Nº 5421/2023 - DETRAN/DG/PROJUR

Brasília-DF, 03 de julho de 2023.

Assunto: Representação acerca do contrato 22/2014 (DETRAN X SHEMAPO)

Ilmo. Sr. Secretário,

Com cordiais cumprimentos, acuso o recebimento do Ofício nº 5107/2023-GP - TCDF, doc. Sei nº 115290874, que versa acerca da *representação nº 18/2014-DA, do Ministério Público junto ao Tribunal - MPJTCD*. Desta feita, com vistas aos expedientes solicitados por esta e. Corte de Contas, encaminho os documentos e informações prestadas pelas áreas competentes (115755450, 115924743, 115930601, 116334895)

Sem mais,

Atenciosamente,

Gustavo Geraldo Pereira Machado
Chefe da Procuradoria Jurídica DETRAN/DF
Procurador do Distrito Federal

Ilmo. Sr

JOÃO BATISTA PEREIRA DE SOUZA

Secretário das Sessões.

Tribunal de Contas do DF - TCDF.

Brasília/DF.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO GERALDO PEREIRA MACHADO - Matr.251175-4, Chefe da Procuradoria Jurídica**, em 03/07/2023, às 15:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **116610259** código CRC= **6DCEB215**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM LOTE A BLOCO B EDIFÍCIO SEDE DETRAN-DF, TÉRREO - Bairro SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - CEP
70620-000 - DF
Telefone(s): 3343-5217
Sítio - www.detran.df.gov.br